

# SUMÁRIO



## Prefeitura de Caieiras - SP Assistente de Educação Especializada

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) .....	1
Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras .....	6
Pontuação .....	13
Ortografia.....	17
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem ...	26
Concordância verbal e nominal .....	37
Regência verbal e nominal .....	39
Colocação pronominal.....	41
Crase .....	43
Questões .....	45
Gabarito.....	55

### MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Operações com números reais .....	1
Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum.....	3
Razão e proporção .....	6
Regra de três simples e composta .....	8
Porcentagem. Juro simples .....	9
Média aritmética simples e ponderada.....	13
Sistema de equações do 1º grau .....	14
Relação entre grandezas: tabelas e gráficos .....	17
Sistemas de medidas usuais.....	21
Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de Pitágoras.	26
Resolução de situações-problema .....	39
Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Estruturas lógicas, lógicas de argumentação, Diagramas lógicos .....	45

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



Identificação de regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição. Sequências.....	63
Questões .....	65
Gabarito.....	74

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos da Educação Especial: Histórico e evolução da educação especial; Marcos legais e históricos no Brasil e no mundo .....	1
Princípios da inclusão escolar; Definição e importância da inclusão .....	3
Políticas públicas de inclusão.....	5
Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) .....	8
Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e suas alterações.....	40
Decreto nº 7.611/2011 e suas atualizações.....	72
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU .....	74
Tipos de Deficiência e Transtornos: Deficiência Intelectual; Deficiência Física; Deficiência Visual; Deficiência Auditiva .....	77
Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD).....	80
Autismo, Síndrome de Asperger, entre outros.....	84
Altas Habilidades/Superdotação .....	87
Práticas Pedagógicas Inclusiva.....	90
Planejamento e adaptação curricular; Adaptações de conteúdo, métodos, recursos e critérios de avaliação.....	93
Estratégias de ensino inclusivas; Recursos e tecnologias assistivas .....	96
Ensino colaborativo e coensino.....	99
Avaliação e acompanhamento; Formas de avaliação contínua e adaptada .....	101
Sistemas de comunicação alternativa e aumentativa (CAA); Pictogramas, braile, libras, entre outros .....	102
Tecnologias assistivas: Ferramentas e dispositivos para facilitar a aprendizagem e a inclusão .....	105
Ética na educação especial; Direitos e deveres do profissional. Responsabilidade profissional.....	107
Atendimento humanizado e respeito à individualidade do aluno .....	109
Questões .....	112
Gabarito.....	119

# SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

### — Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

### A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

### A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

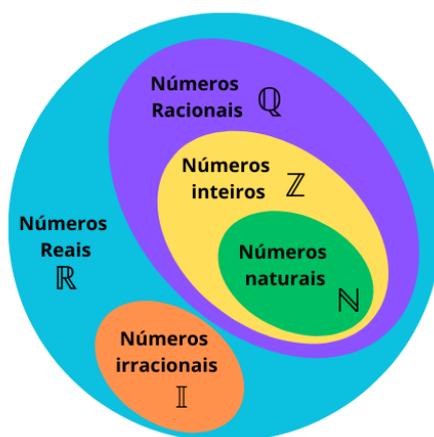
A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

– **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.



O conjunto dos números reais, representado por  $\mathbb{R}$ , é a fusão do conjunto dos números racionais com o conjunto dos números irracionais. Vale ressaltar que o conjunto dos números racionais é a combinação dos conjuntos dos números naturais e inteiros. Podemos afirmar que entre quaisquer dois números reais há uma infinidade de outros números.

$\mathbb{R} = \mathbb{Q} \cup \mathbb{I}$ , sendo  $\mathbb{Q} \cap \mathbb{I} = \emptyset$  (Se um número real é racional, não é irracional, e vice-versa).



Entre os conjuntos números reais, temos:

$\mathbb{R}^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x \neq 0\}$ : conjunto dos números reais não-nulos.

$\mathbb{R}_+ = \{x \in \mathbb{R} \mid x \geq 0\}$ : conjunto dos números reais não-negativos.

$\mathbb{R}_+^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x > 0\}$ : conjunto dos números reais positivos.

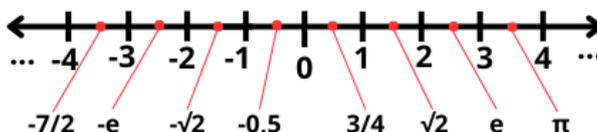
$\mathbb{R}_- = \{x \in \mathbb{R} \mid x \leq 0\}$ : conjunto dos números reais não-positivos.

$\mathbb{R}_-^* = \{x \in \mathbb{R} \mid x < 0\}$ : conjunto dos números reais negativos.

Valem todas as propriedades anteriormente discutidas nos conjuntos anteriores, incluindo os conceitos de módulo, números opostos e números inversos (quando aplicável).

A representação dos números reais permite estabelecer uma relação de ordem entre eles. Os números reais positivos são maiores que zero, enquanto os negativos são menores. Expressamos a relação de ordem da seguinte maneira: Dados dois números reais,  $a$  e  $b$ ,

$$a \leq b \leftrightarrow b - a \geq 0$$



### Operações com números Reais

Operando com as aproximações, obtemos uma sequência de intervalos fixos que determinam um número real. Assim, vamos abordar as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão.

### Intervalos reais

O conjunto dos números reais possui subconjuntos chamados intervalos, determinados por meio de desigualdades. Dados os números  $a$  e  $b$ , com  $a < b$ , temos os seguintes intervalos:

– Bolinha aberta: representa o intervalo aberto (excluindo o número), utilizando os símbolos:

$$> ; < \text{ ou } ] ; [$$



## Introdução

A Educação Especial refere-se a uma modalidade de ensino voltada para atender alunos com necessidades educacionais especiais, como deficiências físicas, intelectuais, sensoriais ou múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades. Historicamente, essas populações enfrentaram grandes desafios, sendo frequentemente excluídas dos sistemas regulares de ensino. No entanto, ao longo dos últimos séculos, houve uma progressiva mudança de paradigma, com o foco mudando da segregação para a inclusão.

A evolução da Educação Especial foi marcada por transformações profundas na maneira como as pessoas com deficiência são percebidas e tratadas pela sociedade. Ao lado dessa evolução, os marcos legais desempenharam um papel fundamental ao assegurar os direitos das pessoas com deficiência e promover sua inclusão nos sistemas educacionais. Este texto abordará a história e a evolução da Educação Especial tanto no contexto global quanto no Brasil, além de analisar os principais marcos legais que consolidaram o direito à educação inclusiva.

## Histórico e Evolução da Educação Especial no Mundo

O conceito de Educação Especial não existia nas sociedades antigas como o conhecemos hoje. Na Grécia Antiga e em Roma, por exemplo, crianças nascidas com deficiências graves eram, muitas vezes, abandonadas ou sacrificadas, refletindo uma visão de inferioridade associada à incapacidade física ou intelectual. Somente no fim da Idade Média, com a ascensão do cristianismo, surgiram os primeiros sinais de uma mudança na maneira de lidar com essas populações, em uma perspectiva assistencialista e caritativa. Ainda assim, a exclusão social e educacional permanecia a norma.

Foi no século XVIII que surgiram as primeiras iniciativas concretas no campo da educação de pessoas com deficiências. A fundação do Instituto Nacional dos Jovens Cegos, por Valentin Haüy, em 1784, em Paris, representou uma virada importante, ao oferecer uma educação formal a cegos. Da mesma forma, a criação de escolas para surdos, como as propostas pelo abade Charles-Michel de l'Épée, marcou o início do desenvolvimento de técnicas pedagógicas específicas para atender alunos com necessidades especiais.

No século XX, após os horrores da Segunda Guerra Mundial, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) tiveram um impacto direto na forma como a educação passou a ser vista. A Declaração estabeleceu que a educação era um direito fundamental para todos, sem distinção, o que começou a incluir pessoas com deficiência em um nível mais abrangente.

No entanto, foi apenas na década de 1990 que a perspectiva da inclusão ganhou força. Em 1994, a Declaração de Salamanca, durante a Conferência Mundial de Educação Especial, representou um marco importante. O documento incentivava que os sistemas educacionais de todo o mundo adotassem uma abordagem inclusiva, defendendo que todas as crianças, independentemente de suas necessidades especiais, fossem educadas preferencialmente nas escolas regulares. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006) fortaleceu ainda mais essa perspectiva, ao reafirmar o direito de todas as pessoas com deficiência a uma educação inclusiva e em igualdade de condições com os demais.

## Histórico e Evolução da Educação Especial no Brasil

No Brasil, o desenvolvimento da Educação Especial seguiu uma trajetória semelhante à observada em outras partes do mundo, com um longo período de exclusão seguido por uma gradual mudança para a inclusão. Durante o período colonial e imperial, não havia políticas públicas voltadas para a educação de pessoas com deficiência. As iniciativas pioneiras surgiram no final do século XIX, com a criação de instituições como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) (1857). Ambas as instituições tinham o objetivo de oferecer educação a cegos e surdos, respectivamente, mas ainda funcionavam em um modelo segregado, com pouco ou nenhum contato com o sistema regular de ensino.